

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO  
SOCIAL NA POLÍTICA DE  
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALTO: primeiros  
desafios**

***THE PROCESS OF IMPLEMENTATION OF SOCIAL  
SERVICE IN THE POLICY  
OF EDUCATION IN THE CITY OF SALTO: first  
challenges***

Cláudia de Jesus Oliveira Sant'Anna<sup>1</sup>  
Maria Inês Teixeira Yamamoto<sup>2</sup>  
Carla Aparecida Jara<sup>3</sup>  
Lucília Barbosa Jesus<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca apresentar as reflexões desenvolvidas por um grupo de assistentes sociais sobre os desafios de implantar o Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação. Essa construção buscou efetuar a ligação entre o referencial teórico do Serviço Social e o trabalho do assistente social na Política Pública da Educação. A intenção deu-se também no sentido de apresentar o plano de trabalho e o Serviço Social de forma organizada, crítica e com a clareza de sua especificidade, fortalecendo a direção de uma educação gratuita e de qualidade para as crianças e adolescentes do município de Salto.

---

<sup>1</sup>Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Especialista em Política Pública no contexto do SUAS e Acolhimento Institucional e Familiar pela PUC/PR. Possui graduação em Serviço Social - Faculdades Integradas Maria Imaculada (2007).

<sup>2</sup>Possui graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (1982). Atualmente é assistente social da Prefeitura do Município de Salto.

<sup>3</sup>Graduação em Serviço Social (2010). Conselheira no Conselho Municipal de Assistência Social de Salto/SP (2013-2015).

<sup>4</sup>Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1989). Especialização em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes pela USP/SP.

**Palavras-chave:** Serviço Social, plano de trabalho, educação.

**ABSTRACT:** *This article seeks to present the reflections developed by a group of social workers on the challenges of implementing Social Service in the Municipal Education Department. This construction sought to make the connection between the theoretical reference of Social Work and the work of the social worker in the Public Policy of Education. The intention was also to present the work plan and the Social Service in an organized, critical and clear manner, strengthening the direction of a free and quality education for the children and adolescents of the city of Salto.*

**Keywords:** *Social Work, work plan, education.*

## INTRODUÇÃO

A construção deste artigo prevê o relato de uma experiência sobre o processo de implantação do Serviço Social na educação e a construção do plano de trabalho elaborado por quatro assistentes sociais.

No mês de junho de 2017 a gestão municipal, efetuou a transferência de quatro assistentes sociais para a área da educação, oriundas da política de assistência social, instituindo-se assim a implantação do serviço social na política de educação.

Com isso, a equipe de assistentes sociais iniciou pesquisa e estudo buscando a elaboração de uma proposta de trabalho que dialogasse com o projeto ético político da profissão, a perspectiva de educação universal, emancipadora, gratuita e de qualidade que tem como centralidade a dignidade humana e ampliação dos direitos e acesso às políticas sociais, dando assim, a centralidade do planejamento.

Mediante o processo de reflexão sobre o Serviço Social elaborou-se uma matriz (quadro 1) que demonstra o plano de trabalho na Educação.

Com isso apresenta-se a estrutura da educação e a proposta construída de forma preliminar, buscando participar de espaços de debates que ampliem tal reflexão.

## **1. CONTEXTUALIZANDO O LOCAL DA EXPERIÊNCIA**

O município de Salto, localizado na região metropolitana de Sorocaba de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem uma população estimada em 2014 de 115.193 habitantes, portanto, é um município de grande porte e com área territorial de 133.057 km, densidade demográfica (hab/km) 792,13, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>5</sup> de 0,780 e o Índice de Gini<sup>6</sup> é de 0,45.

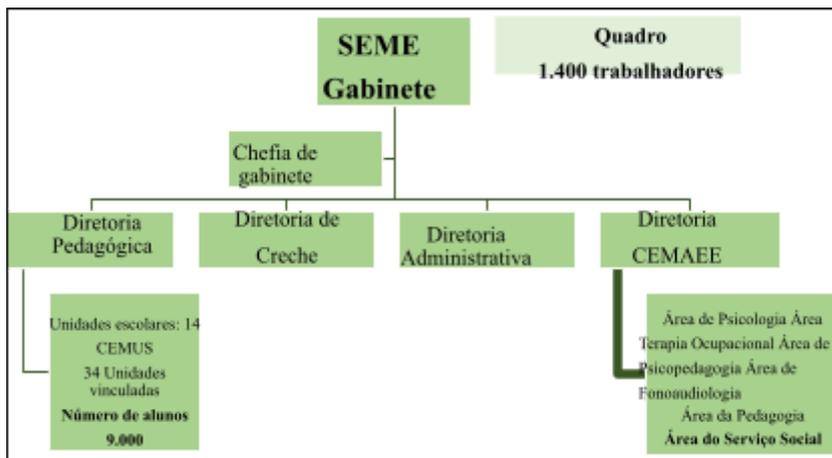
A estrutura da Secretaria Municipal de Educação – SEME configura-se na seguinte forma:

### **FIGURA 1 – Organograma da Secretaria Municipal da Educação**

---

<sup>5</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais (DATAPEDIA).

<sup>6</sup>O Índice de Gini da renda domiciliar per capita mede o grau de concentração da distribuição da renda domiciliar per capita de uma determinada população e em um determinado espaço geográfico. Quando o índice tem valor igual a um (1), existe desigualdade máxima, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual a zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda (DATAPEDIA)



Fonte: Informações fornecidas pela equipe da SEME – Figura elaborada pelas autoras.

Nessa estrutura o Serviço Social se reportará à diretoria do CEMAAE, como indica o organograma acima. As assistentes sociais estarão reunindo-se uma vez por semana neste local.

## 2. O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SALTO/SP

Inicia-se o processo<sup>7</sup> de implantação do Serviço Social na Educação<sup>8</sup>, com a transferência formal de quatro

<sup>7</sup>Indica-se que até o fechamento deste artigo não havia iniciado o trabalho das assistentes sociais nas unidades escolares. Neste momento está sendo finalizada a proposta, dialogando com a chefia imediata e com gestor municipal. No entanto, avaliou-se importante ampliar essa experiência de trabalho para abrir o debate.

<sup>8</sup>Verificou-se que há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional sobre a obrigatoriedade da inserção profissional de Assistentes Sociais e Psicólogos nas Escolas Públicas de educação básica – projeto de lei nº. 060/2007.

assistentes sociais para o quadro de servidores desta pasta.

Com isso, iniciou-se a aproximação com este espaço sócio ocupacional, quando as assistentes sociais foram apresentadas as áreas da secretaria.

Nesse processo de implantação possibilitou-se que as quatro assistentes sociais construíssem o plano de trabalho do Serviço Social, realizando pesquisa de referência bibliográfica e documental, discussões, troca de experiências, construção de um questionário para pesquisar e compreender as demandas da comunidade escolar em torno da atuação do assistente social nesta política e visita técnica no município de Limeira/SP. Nesse movimento buscou-se captar a realidade do município de Salto e as contradições existentes.

Nesta fase tiveram como local de trabalho o CEMAEE – Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, legitimado por meio da lei nº. 2.981 de 02/12/2009, sendo uma unidade mantida pelo município. Nesse ambiente foi possível ter contato com os trabalhadores que compõem a unidade: 04 psicólogas escolares, 04 psicopedagogas, 10 professores de sala de recurso, 01 terapeuta ocupacional, 01 fonoaudióloga, 01 psicóloga clínica, 01 assistente de direção, 01 auxiliar administrativo e 01 auxiliar de serviços gerais.

Como sistematização deste processo se produziu uma matriz, no sentido de imprimir uma direção ao trabalho do Serviço Social, conforme indica COUTO,

Para que o assistente social possa ter o projeto de trabalho como estratégia de reconhecimento profissional, o projeto deve ser escrito, não pode estar apenas na cabeça do profissional, a sua materialização é fundamental. É necessário que ele possa ser acessado, acompanhado e entendido [...].

O projeto de trabalho assim construído materializa o compromisso profissional e tem a possibilidade de lhe conferir substância política. Esse caminho poderá levar à ruptura com o papel de “executor terminal de políticas sociais Netto” (1990 apud COUTO, 2011), materializando uma identidade profissional que responde com produção de conhecimento, pela tarefa de planejar, assessorar e propor intervenção na realidade social. [...] O projeto de trabalho constitui um instrumento fundamental para a consolidação do projeto ético-político profissional (COUTO, 2011. p. 652).

Elencou-se como objetivo geral do plano de trabalho contribuir para o processo da democratização, acesso e permanência nas escolas públicas visando à formação humana na perspectiva de estabelecer relações sociais igualitárias. Elegeu-se os objetivos específicos que serão reconhecidos como as atribuições do Serviço Social na Educação, e que foi fruto do processo de discussão e construção entre as quatro assistentes sociais.

Construiu-se o eixo estruturante do Serviço Social na Educação no município de Salto, como movimento de uma primeira aproximação o que apresenta-se a seguir.

### **3. ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL – PRIMEIRAS REFLEXÕES**

Buscando materializar o trabalho do Serviço Social, desenvolveu-se as primeiras reflexões objetivando sustentá-lo nas escolas do município.

**1. *Implantar o Serviço Social na Política de Educação:*** Esse trabalho se insere na perspectiva de uma educação emancipadora tomando como referência o projeto ético

político profissional, os princípios que norteiam a profissão, e ainda as competências e atribuições profissionais validadas pelo conjunto CFESS-CRESS no documento intitulado Subsídios para o Serviço Social na Educação (2012).

A visita técnica ao município que tomou-se como referência – Limeira/SP proporcionará uma visão mais ampla dos limites e das possibilidades de atuação.

Entender de que forma as refrações da questão social rebatem nesta política, dificultando o processo de aprendizagem, as limitações no estabelecimento de relações afetivas, no excesso de faltas, e na evasão escolar poderá contribuir para ações interventivas, interdisciplinares e permanentes com demais políticas para sua superação, é, portanto, o que buscamos nessa construção coletiva que ora trazemos a público.

*2- Realizar ações individualizadas com as famílias viabilizando o acesso aos direitos sociais, humanos, com ênfase na educação em particular, na perspectiva de enfrentamento das situações de ameaças, violações, privações e refrações da questão social:* Construiu-se o plano de trabalho considerando os impactos que a sociedade capitalista neoliberal permeada pela exploração, desigualdade social, injustiça causam às famílias, traduzindo-se nas mais variadas formas de violência, e o quanto essas vivências repercutiram nas diferentes esferas da vida dos sujeitos envolvidos, conseqüentemente no processo de aprendizagem e na evasão escolar. Conhecer a dinâmica e o contexto familiar dos educandos por meio de visitas domiciliares, atendimentos individualizados, estabelecer vínculos profissionais, poderá contribuir para a identificação das razões que limitam o processo educacional, buscando-se assim ações conjuntas, com demais profissionais da rede de proteção social e dos

equipamentos públicos assegurando no mínimo o cumprimento das garantias já estabelecidas via políticas públicas sociais.

Evidentemente, este plano de trabalho posiciona-se na contramão do pensamento neoliberal, que atribui exclusivamente às famílias a superação dessas violações por meio de sua capacidade empreendedora. Nesse sentido, parte-se do entendimento de família em que todas as formas de organização e arranjos são respeitadas e consideradas, balizada pelo projeto ético político, Código de Ética Profissional ratificada pelo documento elaborado pelo conjunto CFESS-CRESS que trata das atribuições privativas do Assistente Social em Questão “Desenvolver ações voltadas para as famílias considerando-as em suas diferentes dimensões e configurações, sobretudo, como sujeito político no processo político pedagógico que particulariza a área de educação” (CFESS, 2012).

Afirma-se, no entanto, que as respostas em caráter individualizado amenizam e propiciam um certo conforto imediato, porém longe de resolver de fato as refrações da questão social, o que somente se dará de forma coletiva por meio de um processo que demanda tempo, mas que necessita de um primeiro passo num caminho que passa essencialmente por uma educação humanizada.

**3** - *Efetuar mobilizações sociais e oficinas visando trabalhar a dimensão preventiva nas escolas e com as famílias:* Trata-se de uma proposta que tem em suas ações, a solidificação do trabalho interdisciplinar do Serviço Social na Educação com demais profissionais inseridos neste universo escolar. Objetiva-se que as mobilizações que tratam de temas atuais e rotineiros na vida dos educandos e das famílias, com o propósito de prevenção, dialoguem com o ambiente escolar, com a comunidade do território e demais políticas públicas, visando a superação

da cultura que culpabiliza e estigmatiza os sujeitos.

Dentro do âmbito educacional, no que diz respeito a um de seus papéis de socialização, estão as articulações junto às famílias e comunidade, dando destaque à participação popular como forma de ação coletiva.

Considerou-se utilizar as oficinas como recurso para tratar do reconhecimento da educação como direito universal, trazendo este assunto no cotidiano educacional, juntamente com as famílias, usando este espaço para aproximação dos processos de garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação (CFESS, 2012).

*4 - Fomentar a participação da sociedade como corresponsável pelo processo educativo no município de Salto: Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205:*

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, a intervenção e as articulações com movimentos sociais, sujeitos políticos, lideranças locais, instituições, enfim, a comunidade do entorno da unidade escolar, se faz necessário para contribuir com estratégias para solidificar a política educacional.

Este objetivo vem ao encontro de buscar alternativas para ampliar a participação no processo educativo, reconhecendo os saberes locais e a educação informal, considerando as vivências do território.

E, como modo de ação, instigar discussões locais

para levantamento das demandas bem como articular mobilizações entre os atores sociais envolvidos. Sendo assim, é pertinente reforçar o fator de pertencimento que deve ser trabalhado com os alunos e famílias, no âmbito escolar.

**5** – *Investigar a realidade vivida pela comunidade escolar e população, identificando os limites e possibilidades do território onde estão inseridos no município:* A proposta do plano de trabalho é conhecer a dinâmica do território dos educandos da rede municipal, por entender que a expressão da questão social, está nas vivências dos alunos e suas famílias no território ao qual pertencem.

Considera-se importante a realização do mapeamento, para que possamos identificar o grau de vulnerabilidade, pois “as características de grupos populacionais e familiares são associadas às especificidades dos lugares em que se encontram vinculados, e essa conjugação termina por definir os graus de vulnerabilidade de tais territórios” (KOGA, 2008).

Pensou-se em estabelecer uma escuta qualificada das famílias, buscando uma maior aproximação com a realidade que elas vivenciam, desvendando as conexões e/ou desconexões presentes no cotidiano, trabalhando desta forma, com os limites e potencialidades dos alunos e suas famílias.

**6** - *Atuar de forma interdisciplinar, conjuntamente com a rede de proteção, sistema de garantia de direitos e conselhos municipais:* Compreendeu-se após pesquisas bibliográficas, documentais e diálogos com os demais profissionais da SEME, que o processo de trabalho do Serviço Social na educação não poderá ser realizado sem a articulação intersetorial. Nesse sentido elegemos o trabalho com a rede de proteção, como uma das

centralidades do plano de ação, para que as ações com o educando e as famílias inseridas nas escolas caracterizem-se de forma contínua e participativa junto a outros setores do município.

GOUVEIA (2009) indica que “informação é poder e, na concepção de rede, não há um único centro de poder”, portanto, a proposta elaborada é de fomentar os espaços intersetoriais do município para que o atendimento com os educandos e famílias, assim como, o trabalho coletivo dentro da especificidade do saber profissional do Serviço Social, sejam tratadas na totalidade das políticas sociais, não sendo objeto de uma única política pública.

Entende-se inicialmente que a aproximação com os espaços de controle social, assim como com a rede de atendimento favorece o diálogo, possibilitando a construção de ações integradas para enfrentamento dos desafios. E, em um segundo momento, trabalhar com o público da educação para que estes se apropriem da importância do exercício do controle social, fomentando assim a participação das famílias nestes espaços privilegiados.

*7 - Mobilizar articulações com os municípios da região debatendo o Serviço Social na área da Educação, provocando a reflexão crítica sobre a temática:* Compreendeu-se que a busca de articulação com os municípios que contam com o Serviço Social na Educação é essencial, pois tira-nos do lugar de isolamento e do senso comum, colocando-nos num lugar de construção coletiva e compreensão da dinâmica que permeia o campo das políticas sociais e as peculiaridades no campo da Educação.

Frente a essa reflexão, se propôs esta atribuição buscando incitar o diálogo com os assistentes sociais da

região que trabalham na Educação, efetuando-se também aproximação com a academia e núcleos de pesquisa que debatem o Serviço Social na Educação. A atribuição prevê organizar fórum municipal, visitas técnicas nos municípios para troca de vivências e participação em espaços de debate. Esta perspectiva vislumbra o fortalecimento de alianças entre profissionais/técnicos que possibilita fortalecer mobilização, organização e luta dos trabalhadores, considerando inclusive os usuários e famílias (VASCONCELOS, 2015) tendo como norte contribuir para o processo da democratização, acesso e permanência nas escolas públicas visando formação humana na perspectiva de estabelecer relações sociais igualitárias.

*8 – Contribuir para a diminuição do índice de evasão escolar nas escolas municipais, favorecendo a permanência:* Nos debates das assistentes sociais, definiu-se que o Serviço Social poderá corroborar para a redução no índice de evasão escolar, atuando no sentido de compreender os motivos dessa evasão, identificando as desproteções que motivaram tal ação, buscando realizar um trabalho de apoio aos educandos e famílias, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem e com a permanência na escola. Para além da ação com a família, construindo fluxos intersetoriais e processo de trabalho no interior da comunidade escolar, reconhecendo que a escola precisa olhar para a realidade vivida pelas crianças e adolescentes, dando vez e voz aos sujeitos envolvidos.

Para tanto, incluímos no plano de trabalho essa atribuição, para que de forma sistematizada, o Serviço Social efetue aproximação, buscando compreender os limites e possibilidades frente essa questão desafiadora no município, inclusive considerando nessa fase

de construção, as narrativas das outras categorias profissionais que compõem a Política de Educação.

*9 – Criar espaços de cuidados para os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADI's:* Os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, são os trabalhadores da Política da Educação que dedicam tempo integral aos cuidados com os educandos em suas atividades diárias, não contando com formação específica, o que contribui para uma baixa remuneração.

Observa-se ainda a predominância do sexo feminino, com dupla jornada de trabalho enquanto culturalmente responsáveis pelos cuidados familiares.

Estes profissionais algumas vezes são convidados a dobrar sua jornada de trabalho para suprir a lacuna deixada pela ausência de outros trabalhadores, preocupa-nos a qualidade de vida destes e de seus familiares. Entende-se desta forma que as condições já citadas poderão se desdobrar muitas vezes em violações e privações, levando ao sofrimento e adoecimento social, necessitando o próprio trabalhador de acolhida e cuidados.

De acordo com WERLANG e MENDES:

Neste sentido o sofrimento gerado pelo trabalho repercute de maneira direta na saúde física e psíquica do trabalhador. É neste encadeamento que podem emergir estratégias para que o sofrimento seja amenizado. Tais estratégias podem se dar no plano individual, mas também, no plano coletivo (2013, p. 745).

Entende-se necessário o estabelecimento de um espaço de cuidados aos cuidadores, para a realização de trabalho preventivo, por meio de acolhimento em ambiente favorável com escuta qualificada, incentivo ao processo de reflexão sobre o contexto que envolve este

ambiente de trabalho, quando será possível identificar os limites existentes nesta relação cuidador/educando e assim elaborar conjuntamente uma proposta institucional para superação e melhorias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo relata a experiência no primeiro momento pelas assistentes sociais em Salto (SP) junho de 2017, como sinônimo de uma proposta baseada na defesa e fortalecimento da presença do Estado para garantir a educação como um direito universal.

Uma construção que vem sendo gestada de forma coletiva e que frequentemente se depara com a necessidade de esclarecimentos e desconstruções sobre a expectativa de que o Serviço Social teria como função prioritária executar provas de meios para o acesso à creche, ou ainda enquadrar famílias que não estariam desempenhando o papel esperado de proteção integral aos seus, colocando-se dessa forma um grande desafio de construção neste âmbito, como uma nova área sócio ocupacional do Serviço Social.

Importante citar, que esta equipe tem recebido até o momento por parte da gestão, espaço e liberdade necessários para planejar e construir um trabalho que poderá atingir os objetivos aqui propostos.

## **REFERÊNCIAS**

CFESS. Código de Ética dos assistentes sociais. CFESS, 1993.

CFESS. Resolução 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente

social. CFESS, 2006.

CFES. Resolução 556/2009. Procedimentos para efeito da Lacreção do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. CFESS, 2009.

CFESS. Resolução 557/2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. CFESS, 2009.

CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1.ed. Ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. CFESS.2012.

COUTO. B. R. Formulação de projeto de trabalho profissional. CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GOUVEIA, M. J. A. Intersetorialidade e contemporaneidade. **Educação integral e intersetorialidade, do Salto para o futuro**. TV escola. MEC. Ano XIX, Nº 13. Outubro, 2009.

KOGA, D. Metodologias de trabalho social. **O Trabalho social e as vulnerabilidades sociais**. IE. PUC SP, 2008.

SARMENTO, H. B. M. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. **Instrumental**

**técnico e o Serviço Social.** 2012.

VASCONCELOS, A. M. de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.** 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

WERLANG, R; MENDES, J. M. R. Sofrimento Social. **Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo**, nº116, p. 743-768, out/dez. 2013.

**Legislações em meio eletrônico**

BRASIL. Senado federal.  
Constituição Federal Brasileira.  
<http://www.senado.gov.br/atividade/const/com> 1988.  
Acesso: em 15/08/2017.

DATAPEDEIA. Disponível em:  
<https://www.datapedia.info/public/cidade/1179/sp/salto#m>  
apa. Acesso: em 05/09/2017.

IBGE. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/salto/panorama>.  
Acesso: em 05/09/2017.